

O COMPORTAMENTO DOS *POLICY-MAKERS* EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: NOTAS SOBRE O 'PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – ESCOLAS SUSTENTÁVEIS'

LUCAS ANTONIO PENNA REY¹;
PATRÍCIA RODRIGUES CHAVES DA CUNHA²

¹Universidade Federal de Pelotas – lucaspennarey@live.com

²Universidade Federal de Pelotas – patchavescunha@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Desde a Revolução Industrial, o movimento de modelos de desenvolvimento e industrialização vinham sendo implantados, de maneira a apropriarem-se de recursos naturais e humanos indiscriminadamente. A partir dos anos de 1970, então, a educação ambiental passou a ser vista no campo de ação pedagógica, inaugurando uma nova fase na área das políticas públicas a serem adotadas. No Brasil, marco notório em relação ao tema desenvolveu-se sob forma de princípio da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981, na qual se estabeleceu a oferta da educação ambiental em todos os níveis de ensino, bem como em programas específicos.

No contexto local do Município do Rio Grande, este possui importante vocação econômica para o Brasil, o que ocasiona problemas de ordem ecológica, além de um panorama apresentado que projeta uma crescente populacional consequente dos processos de desenvolvimento, que majoram acometimentos sociais, expansão e diversificação cultural, e redistribuição territorial, os quais são igualmente englobados pelos objetivos das políticas de educação ambiental. Em contrapartida aos interesses da sociedade e à legislação vigente¹, provocou-se a necessidade de ação por parte de atores como o Poder Público e instituições privadas.

Assim, após feito levantamento de programas sobre o tema no citado município, chegou-se à seleção do “Programa Dinheiro Direto na Escola – Escolas Sustentáveis”, visto que tem como objetivo central o de financiar projetos de fomento à educação ambiental nas escolas públicas de educação básica do território nacional, por meio de repasse financeiro, a fim de ampliar o enraizamento, promover a institucionalização da educação ambiental nos diversos níveis e modalidades de ensino brasileiros, e apoiar a criação de espaços educadores sustentáveis.

Nesse sentido, o objetivo central deste trabalho permeia-se na análise das formas de atuação dos *policy-makers* envolvidos no “Programa Dinheiro Direto na Escola – Escolas Sustentáveis”, a fim de estabelecer quais seus cursos de ação e interação, e qual sua perspectiva teórica sobre educação ambiental.

A fundamentação teórica central do trabalho engloba a discussão sobre Políticas Públicas e ações dos atores (*policy-makers*) trazidas por autores como RUA (1998), MILLER e SUREL (2002), LAHERA (2003), SOUZA (2006), e HOWLETT, RAMESH e PERL (2013) que levam à conclusão de tratarem-se das

¹Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (Lei nº 9394/96); Parâmetros Curriculares Nacionais e seus Temas Transversais - meio ambiente, saúde, ética, orientação sexual e pluralidade cultural; Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99) - que regulamenta o Inciso VI, do Parágrafo 1º do Artigo 225 da Constituição Federal; e o Programa Nacional de Educação Ambiental - que visa a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental.

ações comissivas e omissivas (as decisões ou não-decisões) sancionadas pelo Poder Público (*outputs*) em relação às demandas (*inputs*) da sociedade ou de um ou mais grupos de indivíduos. Porém, é mister destacar que a construção e desenvolvimento dessas políticas se dá em torno não só do Governo, mas de um conjunto de atores ou grupos interessados nela (LASSWELL, 1984). Para SOUZA (2006, p. 27), por exemplo, no mundo moderno há uma autonomia relativa do Estado, “o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável às influências internas e externas”, ou seja, são dependentes de vários fatores e momentos históricos.

A outra parte do debate teórico se dá em torno da Educação Ambiental. Isso porque, primeiramente, verte-se a elaboração do que seria a sustentabilidade, trazidas por SACHS (1986; 2002), MONTIBELLER FILHO (2004), LEFF (2009) e JACOBI (1999), cujas interpretações variam desde uma perspectiva neoliberal ambiental até a construção de uma nova racionalidade produtiva. Em segundo lugar, um quadro de discussão procura distinguir as noções de saber e educação, a partir dos escritos de LEFF (2009; 2015), TOZONI-REIS (2008), JACOBI (2007), LUZZI (2014), SORRENTINO, MENDONÇA e FERRARO JR. (2005) e SORRENTINO, ANDRADE e LUCA (2012).

2. METODOLOGIA

Por intentar compreender a subjetividade na ação dos *policy-makers* envolvidos em um programa de política pública específico, a metodologia de pesquisa é eminentemente qualitativa.

Preliminarmente, far-se-á o levantamento dos *policy-makers* envolvidos e elencar-se-á àqueles pertinentes do “Programa Dinheiro Direto na Escola – Escolas Sustentáveis”. Essa identificação ocorrerá por meio de levantamento de documentos formais e oficiais referentes ao programa citado, realizando-se, assim, a análise de conteúdo do mesmo.

Uma vez devidamente identificados os *policy-makers*, o método procedimental a ser adotado para a persecução da resposta à pesquisa é a análise de documentos e aplicação de um roteiro de entrevista qualitativo (de perguntas abertas) para posterior análise de conteúdo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos resultados parciais, pode-se projetar a presença de *policy-makers* envolvidos, principalmente no âmbito municipal, envolvendo a Secretaria da Educação do Município do Rio Grande e o Núcleo de Educação Ambiental pertencente a essa secretaria, além dos diretores envolvidos em 40 escolas, visto que o “PDDE – Escolas Sustentáveis” financia diretamente os projetos de cada escola que o tenha aderido.

Ademais, em caráter preliminar, pode-se notar que a visão de “educação ambiental” possui uma interpretação ampla, envolvendo projetos não somente vinculados à questão de cuidado com a natureza, mas com a preocupação da diversidade cultural e social. No entanto, há de se verificar se essa “educação ambiental” é apenas trabalhada de maneira formal e corriqueira ou se há o cuidado na reconstrução do conhecimento e no pensamento crítica, findando no saber ambiental dos alunos que fazem parte do programa.

4. CONCLUSÕES

O trabalho mostra-se original, uma vez que capta uma espécie de política pública ainda pouco trabalhada no âmbito da Ciência Política. De igual forma, uma vez caracterizado por uma visão focada nos atores, o estudo apresenta uma perspectiva diferenciada abordando a subjetividade das suas ações, o que qualifica sua relevância acadêmica. Assim situada como política pública essencial à construção de um novo panorama socioambiental, a análise das estratégias e intenções dos envolvidos na sua implantação se mostra relevante socialmente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Tradução técnica de Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educar na sociedade de risco: o desafio de construir alternativas**. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 2, n. 2, pp. 49-65, 2007.

_____. **Meio ambiente e sustentabilidade**. IN: SEIXAS, Sergio Gabriel. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999.

_____. **Educar para a sustentabilidade: complexidade, reflexibilidade, desafios**. *Revista Educação e Pesquisa*, v. 31(2), pp. 1-31, mai-ago/2005.

KAPLAN, Leonardo. **Análise crítica dos discursos sobre Estado e sociedade civil nas políticas públicas em educação ambiental**. V *Encontro Nacional da Anppas*. Florianópolis, 2010.

LAHERA, Eugenio. **Introducción a las políticas públicas**. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 2004

_____. **Encuentros y desencuentros entre política y políticas públicas**. IN: FRANCO, Rolando; LANZARO, Jorge. Política y políticas públicas em los procesos de reforma de América Latina. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2003.

LASSWELL, Harold Dwight. **Política: quem ganha o que, quando e como**. Tradução de Marco Aurélio dos Santos Chaudon. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1984, c 1936.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Tradução de Jorge E. Silva; revisão técnica de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder** - 11ª edição. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

LUZZI, Daniel. **Educação Ambiental: pedagogia, política e sociedade**. IN: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (ed.). Educação ambiental e sustentabilidade – 2ª ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2014.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias** – 2ª edição revisada. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

MULLER, Pierre; SUREL, Yives. **A análise de políticas públicas**. Traduzido por Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferrado. Pelotas: Educat, 2002.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. IN: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Isabel Valadão (org.). O estudo da política – tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998. Disponível em: <http://projetos.dieese.org.br/projetos/SUPROF/Analisepoliticas_publicas.PDF> Acesso em: 10 de abril de 2014.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável** – 4ª edição. Organizado por Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. *Revista Sociologia*, ano 6, n.16, Porto Alegre, jul/dez 2006.

SORRENTINO, Marcos; ANDRADE, Daniel Fonseca de; LUCA, Andréa Quirino de. **O diálogo em processos de políticas públicas de educação ambiental no Brasil**. *Revista Educação Social*, v.33, n.119. Campinas, pp. 613-630, abr/jun 2012.

SORRENTINO, Marcos; MENDONÇA, Raquel Traiber Patrícia; FERRARO JR., Luiz Antonio. **Educação ambiental como política pública**. *Revista Educação e Pesquisa*, v.31, n.2, São Paulo, maio/ago 2005.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história** – 2ª ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008.